

Balanços de vidas, medo da morte e esperança na salvação: os testamentos dos emigrantes portugueses para o Brasil (séculos XVII e XVIII)*

Maria Marta Lobo de Araújo**

RESUMO

Quando os homens chegavam ao ocaso da vida e sentiam a morte aproximar-se, faziam os seus testamentos, determinando as suas últimas vontades. Eram momentos de balanço das suas vidas, ocasião para falar abertamente do medo da morte, mas simultaneamente manter viva a esperança de salvar a sua alma. Muitos dos portugueses que emigraram para o Brasil no século XVIII, sobretudo os solteiros, tornaram a sua alma herdeira universal, deixando-lhe a fortuna que tinham feito na América portuguesa, enquanto outros a repartiram entre esta e os familiares, numa relação desigual que privilegiava a alma.

Palavras-chave: Brasileiro; Testamento; Alma; Purgatório; Caridade.

Quando a morte se aproximava, os homens reflectiam sobre as suas vidas, efectuavam um balanço da sua passagem terrena, perspectivavam de forma mais real este momento e apostavam na salvação da alma, investindo na possibilidade de sair do Purgatório e alcançar a felicidade eterna.

Neste trabalho estudam-se as preocupações com a salvação da alma e analisa-se a forma como os bens materiais foram utilizados para a alcançar. Consideram-se os portugueses que, depois de longos anos emigrados, regressaram à pátria e aqui obtiveram a última morada ou os que morreram no Brasil. Com base nos testamentos que redigiram, procura-se analisar e compreender as suas atitudes perante a morte.

* Agradeço à Dra. Olinda Pereira, directora do Arquivo Distrital de Viana do Castelo, a amabilidade com que sempre me recebeu e a ajuda prestada na pesquisa documental para este trabalho.

** Docente do Departamento de História da Universidade do Minho, Braga. Neste artigo foi mantida, na íntegra, a grafia do idioma português característico de Portugal.

O estudo dos testamentos dos *brasileiros*¹ (TRINDADE, 1996, p. 114-115), em consonância com o que se passava com os dos restantes homens, demonstra a preocupação de alcançar o Paraíso através da remissão dos pecados, servindo-se de intercessores junto de Deus para mais facilmente conseguir esse objectivo.

Os *brasileiros* que regressaram optaram maioritariamente por retornar às suas terras de origem, mas houve também quem decidisse ficar na capital para melhor acompanhar os negócios que mantinha com a colónia.

A vida mais cosmopolita que Lisboa oferecia, não os fez, contudo, esquecer a sua proveniência. Na sua região de origem, onde permaneciam os seus familiares e amigos, compravam quintas e mandavam construir casas, mantendo laços estreitos com a província. Por essa razão, muitos legados eram mandados cumprir na sua terra natal.

A percentagem dos que retornaram ricos não era muito elevada quando comparada com a modesta situação vivida pela maioria. Contudo, deu vigor à ideia de grandeza, poder e riqueza que alguns ostentavam, alimentando o imaginário sobre um Brasil que potenciava bem-estar a todos os que lá chegavam.

Os emigrantes portugueses na colónia tinham por finalidade melhorar as suas vidas e mais tarde regressar ao reino. Muitos nunca conseguiram concretizar este sonho, mas outros fizeram a *torna-viagem*, passados muitos anos.

Era prática corrente a redacção dos testamentos ser efectuada pouco tempo antes da morte, para se determinar as últimas vontades, respeitantes ao funeral, aos legados pios e à herança. Tratava-se de um momento importante, que servia para fazer um balanço da vida e regular o *post mortem*. Aqui se expressavam todos os desejos, se evidenciavam sentimentos, se subentendiam amarguras, se acertavam contas e se deixavam transparecer arrependimentos. Neles se confessava o receio do momento da passagem, referindo-se que temiam a morte, porque sabiam do julgamento que ocorreria perante Deus (DURÃES, 2000, p. 62). Houve mesmo quem requeresse um sacerdote para o confortar espiritualmente no difícil momento de deixar a vida terrena. A morte acompanhada apresentava-se menos penosa e de mais fácil aceitação. As palavras do religioso que aconselhavam arrependimento e humildade e as orações feitas asseguravam uma boa morte (ARIÈS, 1983, p. 17) e suavizavam este difícil momento.

¹ *Brasileiros* eram os emigrantes portugueses que regressaram depois de muitos anos passados no Brasil. Embora nem todos obtivessem o mesmo nível de riqueza e muitos nunca a tivessem conseguido, os que regressavam ricos expressavam a sua condição de vida através de sinais exteriores que denunciavam a sua fortuna.

Na preparação que se fazia da morte incluía-se a redacção do testamento. Tratava-se de um momento importante, que ajudava a bem morrer, constituindo ocasião para saldar “dívidas materiais e espirituais, passadas e presentes” (RODRIGUES, 1991, p. 316).

Para além da importância dos testamentos, tendo em vista o estudo das mentalidades, estes documentos constituem igualmente uma fonte privilegiada para o estudo da história económica e social.

A corrente migratória para o Brasil começou logo no século XVI, tornando-se mais forte no período seguinte. Porém, foi nos séculos XVIII, XIX e XX que se registraram os maiores fluxos de gente para a colónia.

O maior contingente de migrantes partiu do Noroeste de Portugal, da região do Minho, procurando sair de uma situação que lhes era muito desfavorável. Foram ainda empurrados pela pressão demográfica (SERRÃO, 1982, p. 107). O forte crescimento demográfico e a possibilidade de beneficiar um herdeiro em desfavor de outros fizeram com que muitos homens e as próprias famílias perspetivassem o Brasil como ancoradouro dos que não participavam na sucessão. O ingresso na carreira eclesiástica, a saída temporária para Castela, Lisboa ou Alentejo constituíram outros mecanismos utilizados pelos “excluídos da herança” (SÁ, 2000, p. 119).

Os que partiam tomavam o vapor em Viana da Foz do Lima e na barra do Douro, principais locais de saída de um volume grande de homens (ALVES, 1994, p. 51).

A miragem do Brasil atingiu tão profundamente os homens que alguns disponibilizaram legados para facilitar a viagem de familiares para a colónia. Os custos da viagem eram elevados e nem sempre acessíveis aos que sonhavam com a América portuguesa. Por isso, os legados facilitavam e incentivavam a partida. Matias Gonçalves Lima, de Ponte de Lima, deixou no seu testamento, lavrado em 1740, 80 mil réis a cada um dos dois seus sobrinhos, facilitando-lhes o embarque “para os estados do Brazil”. Como “estam em idade competente por se achar hum com 16 e outro com 18 e háveis para poderem fazer a dita viagem o querem fazer no presente anno [1756] na frota que está para partir para o Rio de Janeiro”, os referidos rapazes solicitaram o montante à Misericórdia da referida vila, a quem competia gerir o dinheiro.²

Algumas famílias consideraram o pagamento das despesas feitas com o embarque do filho parte da herança que um dia receberia e na altura de dividir os bens efectuaram a devida correcção. Ana Pereira Serra declarou, no testamento que efectuou em 1770, ter gasto com o seu filho “Pedro abzente

² Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima (doravante ASCMPL), *Livro dos legados de Matias Gonçalves*, n. 81, fl. 14v.

nas partes do Brasil cento e dez mil reis cuja quantia deve trazer por minha morte a colação e ser lhe emputada em sua legítima”.³ O pagamento da viagem funcionou como um adiantamento da herança que no momento das partilhas devia ser ajustado à divisão dos bens.

A emigração era constituída basicamente por homens que partiam na juventude (RODRIGUES, 1995, p. 59-60). Adolescentes e jovens iam reunir-se a parentes ou amigos, contando com redes de solidariedades importantes, pelo menos durante os primeiros tempos (BAGANHA, 2001, p. 452).

A derrama foi tão grande que muitas famílias viram partir todos os seus filhos homens. Quando Isabel de Castro, do concelho da Póvoa de Lanhoso, fez o seu testamento em 1769, referiu a morte do seu irmão Pedro de Castro, no Brasil, e um legado que este lhe deixara. Mencionou também que aguardava outras heranças “por parte de mais irmaons que ainda tenho nos mesmos estados do Brasil”, dizia a testadora.⁴ A estratégia da sua família foi a de embarcar os filhos e viabilizar a vida das filhas através do casamento ou da dádiva da quota disponível a uma delas, normalmente, à que se responsabilizava pela casa e pela velhice dos pais.

A herança da colónia era muito desejada por quem ficava agarrado à ideia de um Brasil promissor e rico que transferia riqueza para a metrópole. Contudo, nem sempre a América portuguesa foi o “paraíso” que se esperava. Muitos emigrantes deixaram de estabelecer laços com a família ou simplesmente não conseguiram vencer e não desejaram dar a conhecer as dificuldades que experimentavam. Outros não dominavam a escrita e à medida que os anos passaram afastaram-se cada vez mais dos familiares que permaneciam do outro lado do Atlântico. Mesmo assim, deste lado, mantinha-se viva a esperança de que a herança haveria de chegar.

Uma das actividades a que estes portugueses se entregaram foi a da lucrativa produção da cana. A produção açucareira do Brasil terá começado a florescer na segunda metade do século XVI e intensificou-se no período seguinte, graças às boas condições que reunia o Nordeste. “O Recôncavo da Bahia e a várzea de Pernambuco tinham não só os solos apropriados como grandes áreas de massapé, mas também, as vantagens dos rios [...] que forneciam a água e a energia para as fábricas, proporcionando um transporte fácil até ao porto” (SCHWARTZ, 1998, p. 225-226). Ao Nordeste juntaram-se outras regiões. Em finais do século XVII, o Rio de Janeiro contava com 600 engenhos de grande porte, participando também na exportação deste produto (FRAGOSO, 2001, p. 31).

³ Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), *Livro de testamentos de Barcelos 1755-1788*, n. 201, fl. 103.

⁴ ADB, *Livro de testamentos de Thaíde 1757-1807*, n. 270, fls. 35v.-36.

Os lucros auferidos no comércio foram em muitos casos aplicados na compra de engenhos, servindo a actividade comercial como trampolim para outra função mais rentável (BACELLAR, 1997, p. 110).

Durante o século XVIII, os emigrantes portugueses que se encontravam no Rio de Janeiro desempenharam um papel de relevo nas diferentes actividades comerciais, destacando-se como pequenos retalhistas ou negociantes de grosso trato (CAVALCANTI, 2004, p. 75-76).

Associada à produção açucareira estava a criação de gado em propriedades de grande dimensão. O esforço financeiro para entrar nestas actividades era enorme e obrigou muitos donos de engenhos a recorrerem ao crédito.

Este comércio dominou o mercado europeu até meados de seiscentos, período a partir do qual os problemas internos com a ocupação e a expulsão dos holandeses terão prejudicado esta economia (PUNTONI, 2004, p. 283-284).

Era uma actividade muito lucrativa que envolvia um volume grande de mão-de-obra, constituído à base de escravos africanos e de afro-brasileiros. Rapidamente, suscitou interesse aos portugueses, que começaram a procurar as terras de Vera Cruz, tornando-se senhores de engenhos e envolvendo-se noutras actividades igualmente rentáveis. Poder económico que correspondia à representatividade social, abrindo as portas do poder local a muitos destes homens, que ascenderam a lugares nas Câmaras, nas Misericórdias e nas Ordens Terceiras (SCHWARTZ, 1998, p. 226).

Outros, para além da dedicação à lavoura, procuraram diversas ocupações igualmente lucrativas. José Calheiros Rego e Bento da Costa Tição partiram de Ponte de Lima muito jovens para a Bahia em meados do século XVII. Foram comerciantes de armas, tabaco, açúcar e panos e permaneceram longas décadas na América portuguesa. Regressaram à vila de onde eram naturais em finais deste século e daqui continuaram a manter relações com o Brasil, para onde enviavam panos e armas e recebiam pagamentos e rendimentos em açúcar. José Calheiros Rego mantinha ainda uma exploração agrícola no Brasil, gerida por um irmão. Morreram solteiros, tendo deixado toda a sua fortuna à Misericórdia da vila (ABREU, 1990, p. 50-51; PEREIRA, 2003, p. 98; COSTA, 1999, p. 79-84), procurando com este gesto apagar todos os seus pecados e alcançar o Paraíso (ARAÚJO, no prelo). Esta estratégia de promoção social foi igualmente seguida por muitos emigrantes regressados à metrópole nos séculos seguintes.

Eram gestos de grande magnanimidade para com os pobres e muito valorizados em termos religiosos e sociais. O desprendimento que apresentavam na hora da morte era a continuação de muitos actos que tinham praticado em vida e que objectivavam reforçar o seu prestígio em termos locais. Alguns *brasileiros* não só regressavam bem de vida, como ostentavam a sua riqueza

(BRETTELL, 1991, p. 98). Faziam-no através de dádivas para obras de caridade e para fins religiosos e de outros sinais exteriores do sucesso obtido: casa, terras, jóias, móveis e roupa (SANTOS, 2000, p. 19).

A situação familiar destes emigrantes foi distinta. Enquanto os que permaneceram constituíram família na colónia, muitos dos regressados morreram solteiros. Viviam nas quintas que compraram, rodeados de criados ou escravos, ou em casa de familiares, normalmente de irmãs casadas.

Uns e outros estavam bem de vida, percebendo-se, contudo, através dos testamentos estudados, que alguns dos retornados evidenciavam maior riqueza, mas todos ordenavam a transferência de bens entre o Brasil e a metrópole.

O interesse pela actividade açucareira era grande, por se tratar de um sector lucrativo e não estar sujeito a nenhum regime de monopólio. Abriu-se a todos os interessados, desde que fossem portadores de licenças e pagassem os respectivos impostos (SCHWARTZ, 1998, p. 230). O tabaco cultivado em vários locais do Nordeste e Maranhão juntou-se ao açúcar, dando lugar a uma economia pujante e em crescimento.

Os que partiram pertenciam a estratos baixos da sociedade, mas não eram pobres de pedir. Pertenciam a famílias pobres, mas que tinham em muitos casos facultado alguma instrução aos seus filhos. Alguns emigrantes tiveram que se endividar para comprar a viagem ou já tinham contraído dívidas anteriormente. O caso de Luís da Cunha é bem elucidativo das dificuldades desta gente que saiu de Portugal para melhorar a sua vida. Este homem era de Monção e morreu no Brasil em 1767. No seu testamento assumiu uma dívida à Misericórdia da vila e, por isso, mandou entregar-lhe a “fazenda da Fraga”, para esta se pagar de 100 mil réis que lhe tinha solicitado. Estabeleceu também que, do remanescente, a Misericórdia mandasse celebrar 700 missas pela sua alma e comprasse “hornatos [para os] altares colaterais” da sua igreja.⁵ Também o padre Manuel Nogueira teve que contrair um empréstimo ao seu cunhado António Pinto da Rocha para adquirir “pano e mais trastes para hum vestido que fez coando se embarcou para o Brazil”.⁶

A partir de finais do século XVII e com a descoberta das jazidas de ouro, a saída de nacionais para as “partes do Brasil” transformou-se num fenómeno de grandes proporções. De tal forma se fazia sentir a fuga para esta colónia que D. João V se viu obrigado a legislar para controlar esta emigração.

⁵ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Monção (doravante ASCMM), *Livro que ha de servir para os Acordãos e Enlleçoens desta Santa Caza 1710-1774*, n. 11, fl. 209.

⁶ Foi António Pinto Rocha que, no seu testamento lavrado em 1741, declarou a dívida de “onze mil e tantos reis” que o referido padre lhe contraiu para os efeitos acima declarados. ADVC, *Livro de testamentos de Caminha...*, fl. 76v.

Embora continuassem a demandar o Nordeste, os emigrantes portugueses direccionaram-se para vários locais. Os mais procurados neste período foram Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, primeiros locais de descoberta do ouro (RUSSEL-WOOD, 1998, p. 167-177).

Contudo, rapidamente se envolveram na economia brasileira e se interessaram por outras ocupações. O sector comercial constituiu um importante ancoradouro para os portugueses. Uma parte entregou-se ao grande comércio, freqüentemente com Portugal ou com outras nações europeias, enquanto outros se ocuparam no comércio local, de pequeno porte, ou conservavam a profissão que tinham em Portugal. João Álvares Pinto era pescador em Caminha. No Brasil manteve a mesma ocupação, dedicando-se à pesca do atum. Possuía uma pequena sociedade de pesca com um cunhado e, para além de dois escravos, eram donos de uma canoa, de um calão⁷ já usado e de um “sa-veiro” velho. Os parcos bens arrolados e uma dívida que tinha com a Misericórdia de Caminha testemunham o fraco êxito alcançado.⁸

Nos testamentos que redigiam, os homens arrumavam as suas vidas e preveniam de forma mais segura a passagem para o Além. Preparava-se a morte com este ritual de separação e, como refere João José Reis, “quem morria cuidava tanto de preparar sua morte, quanto em deixar arrumada, no que dele dependesse, a vida dos que lhe eram mais próximos” (REIS, 2004, p. 91-93).

Apesar das boas intenções, a divisão da herança, mesmo que se tivesse feito testamento, podia ser objecto e motivo de discórdias familiares. Mariana Francisca, senhora casada do concelho da Póvoa de Lanhoso, recebeu uma herança de 300 mil réis que lhe deixou Domingos Francisco, seu irmão, falecido no Brasil. Mantinha uma relação conflituosa com o marido e, sem confiar nele, guardou os 300 mil réis “debaixo do travesseiro”. Um dia, “estando eu muito doente e dormindo mos tirou sem eu saber, e os levou para a sua terra”, relatou, em 1770, no seu testamento a dita senhora. O dinheiro foi encaminhado pelo seu marido para pagar uma dívida da casa de seus pais, mas Mariana Francisca considerou-se defraudada, por na ocasião estar separada do seu marido e a viver em casa de uma prima, a quem desejava deixar o referido montante e “todo o mais dinheiro que me pertencer e dos Brazis vier”. A testadora aguardava a chegada de mais legados do irmão defunto e de um outro chamado José, “que tambem andava no Brazil a muitos annos e se não sabe delle”.⁹

⁷ Barco empregue na pesca do atum.

⁸ ADV, *Livro de testamentos de Caminha...*, fls. 66v.-67.

⁹ ADB, *Livro de testamentos de Thaíde 1758-1807*, n. 270, fl. 40.

Com a redacção do testamento deixava-se uma marca forte da sua vida terrena, gerindo de algum modo a vida dos familiares que ficavam, mas muito particularmente estabelecia-se um momento de balanço.

No leito das suas camas, todos declaravam vontade de redigir os seus testamentos, rematando uma vida e preparando uma outra. “Temendo a morte e da estreita conta que de tudo se lhe havia de tomar, queria fazer seu testamento e por sua alma em estado de salvação”, confessava um *brasileiro* de Caminha.¹⁰ Era o momento de efectuar uma retrospectiva, de declarar arrependimento, de procurar remir os pecados e de tratar da salvação da alma (REIS, 2004, p. 95).

Apesar de receosos, os moribundos mantinham acesa a chama da esperança na salvação e investiam o máximo que podiam nesta aposta.

A crença na existência do Purgatório e a certeza de que um dia todos morreriam, uniam vivos e defuntos em torno da salvação. O Purgatório era entendido como um local de expiação de pecados, onde as almas penavam em sofrimento, mas de onde se podia alcançar a remissão dos pecados (VOVELLE, 1999, p. 291-300).¹¹

A igreja católica fazia acreditar que depois de mortos, os homens se sujeitavam a dois julgamentos: um logo após o falecimento e outro no dia do Juízo Final (LE GOFF, 1995, p. 19).

Os maiores medos eram sentidos quando tivessem que enfrentar o “Tribunal Divino”. Os testadores assumiam-se como pecadores, solicitavam o perdão dos muitos erros cometidos e imploravam protecção. Era a ocasião de se mostrarem humildes, arrependidos e até indignos de alguns actos praticados. João Álvares Pereira declarou no seu testamento, feito em 1752, ter sido “indigno Provedor” da confraria dos Mareantes de Viana do Castelo, num acto de autocritica das funções desempenhadas. Atitudes compreensíveis quando se enfrentava o “Deus todo poderoso”, o Deus castigador, mas também misericordioso. Nesta altura, os homens sentiam-se mais desprotegidos e a necessitar de maior amparo. Sentimentos que resultavam do medo de enfrentar os castigos do Além (ARAÚJO, M., 2000b, p. 271-273; DELUMEAU, 1978, p. 45-52).

Apelavam à sua condição de “bons cristãos”, afirmavam ter vivido segundo a fé católica e diziam que nela desejavam morrer. Recordavam a condição de mortal de Jesus Cristo e imploravam para que as suas almas fossem acolhidas pela sua glória e ascendessem à morada celestial.

¹⁰ Arquivo Distrital de Viana do Castelo (doravante ADVC), *Livro de testamentos de Caminha*, 3.5.1.3, fl. 86.

¹¹ Esta crença alcançou grande popularidade, fazendo com que todos o temessem, mas também mantivessem viva a esperança de remissão.

Nesta altura, os ricos tornavam-se pobres e solicitavam ajuda a toda a corte celestial.

Apesar das divergências quanto aos intercessores celestiais, os textos evidenciam uma retórica barroca, que variava com o perfil do testador (ARAÚJO, 1997, p. 302).

Aguardando a ressurreição, os mortos recebiam a ajuda dos vivos para obterem a remissão dos seus pecados e a purificação das suas almas (MORAES, 2003, p. 71-73). Só assim podiam entrar no Paraíso. Era necessário ter piedade com as almas que sofriam e a Igreja Católica alimentava esta ideia de forma cuidadosa. Estabelecia-se uma cadeia de solidariedade entre vivos e mortos, tendo os religiosos como intermediários. Numa altura em que a morte se avizinhava, reuniam-se esforços para enfrentar e preparar a vida do Além. Solicitava-se a intercessão de todos, particularizando-se, no entanto, aqueles de quem mais se esperava: Virgem Maria, santos e Anjo da Guarda. Estes eram também os considerados com maior poder de actuação junto do Criador. Havia ainda quem especificasse os santos de sua devoção, de quem aguardavam misericórdia e pedidos de clemência junto de Deus.

João Malheiro Reimão Pereira, fidalgo da Casa Real, título que adquiriu depois de ter regressado rico do Brasil, pediu na hora da sua morte ajuda a todos os santos da corte celestial, particularmente ao “Anjo da minha Goarda, ao Senhor Sam João Baptista, Sam José, Santa Anna, Sam Joachim, meu padre Sam Francisco, Sam Francisco de Paula, onze mil virgens, Sam Benedicto e as Almas que estão no Purgatorio”, para que no momento em que a sua alma saísse do seu corpo fosse acompanhada por preces e levada para o reino de Deus.¹²

Era o maior investimento que tinham feito em toda a sua vida. Tudo para tentar fugir ao Inferno e ganhar o Purgatório, lugar transitório e de onde se podia sair para o Paraíso (ABREU, 1999, p. 94-133).

A insegurança e o medo do Além expressavam-se na obtenção dos melhores e maiores esforços junto de Deus. Como a incerteza era grande, a aposta subia ao ponto mais alto, com a “contratação do melhor advogado”. O objetivo era curar a alma e alcançar a felicidade eterna. Desejava-se então formar uma cadeia de vontades que funcionasse em uníssono e a sufragasse. Os seus elos fortaleciam-se com preces, num coro que se desejava alargado e que resultava em proveitos para mortos e vivos.

Uma das preocupações de todos os homens e também dos *brasileiros* expressava-se através da forma como perspectivavam o seu enterro. Estes ho-

¹² O testamento foi escrito em 1764. ADVC, *Livro de testamentos de Viana do Castelo 1737-1761*, 30. 20. 5. 25, fl. 143.

mens desejavam cerimónias pomposas, dignas do seu estatuto social e que se preservassem na memória dos conterrâneos. Requisitavam muitos sacerdotes (várias dezenas) para os acompanharem até à última morada, as confrarias da terra (de quem eram irmão ou não), as Ordens Terceiras e as Misericórdias locais e definiam o número de pobres que integravam o cortejo, efectuando um saíamento imponente e aparatoso, materializando a encenação colectiva da morte.

Tratando-se de um acto público, o cortejo fúnebre era preparado com minúcia. João Malheiro Reimão Pereira manifestou a vontade de ter presentes 12 pobres no seu funeral, que desfilariam com uma vela de cera amarela e manter-se-iam no local até que o corpo descesse à terra. Exigiu ainda a presença de mais “hum pobre velho, huma pobre moça hum minino e outra pobre velha que se dara tambem a cada hum a sua bella de sera amarela”.¹³ A cada pobre seria dada uma esmola de seis vintens.

A alternância de velhos com jovens consignava singularidade ao cortejo, mas demonstrava caridade para com todos.

Os pobres, por estarem mais próximos de Deus, serviram também como meio de salvação e, por isso, tornaram-se igualmente herdeiros. Procurava-se que todos os intercessores agissem de forma concertada e resgatassem as almas do sofrimento em que se encontravam.

A presença dos pobres era vulgar em muitos destes enterros e fazia-se com uma intenção clara: a de dar visibilidade ao funeral, mas também a de chamar os desprotegidos da sorte a interceder junto de Deus pela alma do defunto. A condição de pobres tornava-os mais próximos e estimados por Deus e, por isso, aguardava-se que as suas preces fossem atendidas e revertissem em favor da alma do que partia (MARQUES, 2000, p. 589). Socialmente sem poder e sofrendo de muitas privações, os pobres eram vistos como interlocutores privilegiados junto do Criador, sendo considerados úteis aos olhos dos ricos. Tinham ainda como hábito participar nestes actos rezando pela alma do defunto, de quem muitas vezes se tornavam também herdeiros (ARAÚJO, 2003, p. 57-88).

Como era um serviço pago, o volume de pobres que se requisitava para o funeral variava com a capacidade financeira do que falecia. Porém, muitas vezes ele era superior ao dos clérigos presentes, demonstrando claramente a aposta feita nos mais acarinhados por Deus.

O capitão Domingos Fernandes de Lima fez testamento em 1702, quando se encontrava no Brasil. Como não estava seguro de poder alcançar a remissão dos pecados e salvar a sua alma, devido à vida que tinha levado, pediu a

¹³ ADVC, *Livro de testamentos de Viana do Castelo...*, fl. 144v.

mens desejavam cerimónias pomposas, dignas do seu estatuto social e que se preservassem na memória dos conterrâneos. Requisitavam muitos sacerdotes (várias dezenas) para os acompanharem até à última morada, as confrarias da terra (de quem eram irmão ou não), as Ordens Terceiras e as Misericórdias locais e definiam o número de pobres que integravam o cortejo, efectuando um saíamento imponente e aparatoso, materializando a encenação colectiva da morte.

Tratando-se de um acto público, o cortejo fúnebre era preparado com minúcia. João Malheiro Reimão Pereira manifestou a vontade de ter presentes 12 pobres no seu funeral, que desfilariam com uma vela de cera amarela e manter-se-iam no local até que o corpo descesse à terra. Exigiu ainda a presença de mais “hum pobre velho, huma pobre moça hum minino e outra pobre velha que se dara tambem a cada hum a sua bella de sera amarela”.¹³ A cada pobre seria dada uma esmola de seis vintens.

A alternância de velhos com jovens consignava singularidade ao cortejo, mas demonstrava caridade para com todos.

Os pobres, por estarem mais próximos de Deus, serviram também como meio de salvação e, por isso, tornaram-se igualmente herdeiros. Procurava-se que todos os intercessores agissem de forma concertada e resgatassem as almas do sofrimento em que se encontravam.

A presença dos pobres era vulgar em muitos destes enterros e fazia-se com uma intenção clara: a de dar visibilidade ao funeral, mas também a de chamar os desprotegidos da sorte a interceder junto de Deus pela alma do defunto. A condição de pobres tornava-os mais próximos e estimados por Deus e, por isso, aguardava-se que as suas preces fossem atendidas e revertissem em favor da alma do que partia (MARQUES, 2000, p. 589). Socialmente sem poder e sofrendo de muitas privações, os pobres eram vistos como interlocutores privilegiados junto do Criador, sendo considerados úteis aos olhos dos ricos. Tinham ainda como hábito participar nestes actos rezando pela alma do defunto, de quem muitas vezes se tornavam também herdeiros (ARAÚJO, 2003, p. 57-88).

Como era um serviço pago, o volume de pobres que se requisitava para o funeral variava com a capacidade financeira do que falecia. Porém, muitas vezes ele era superior ao dos clérigos presentes, demonstrando claramente a aposta feita nos mais acarinhados por Deus.

O capitão Domingos Fernandes de Lima fez testamento em 1702, quando se encontrava no Brasil. Como não estava seguro de poder alcançar a remissão dos pecados e salvar a sua alma, devido à vida que tinha levado, pediu a

¹³ ADVC, *Livro de testamentos de Viana do Castelo...*, fl. 144v.

intercessão de toda a corte celestial e que o seu cortejo fúnebre fosse acompanhado por 100 pobres. Cada pobre que participasse receberia uma esmola de 80 réis. Mandou ainda um importante legado para a Misericórdia de Ponte de Lima, terra de onde era natural.¹⁴

A modalidade escolhida para beneficiar os pobres diferia. Podia optar-se por distribuir um certo montante de dinheiro pelos presentes ou mandar entregar roupa ou comida. Estas estratégias eram sempre aliciantes para os pobres, que embora não fossem convocados para acompanharem o desfile fúnebre, não deixavam de o fazer.¹⁵

Nos testamentos escolhia-se também o local da igreja onde se desejava ter a última morada e ordenava-se a celebração de sufrágios pelas suas almas: missas, resposos e ofícios. Alguns destes ofícios divinos recaíam nos momentos imediatos após a morte para interceder no primeiro julgamento, enquanto outros obedeciam a um calendário predefinido e distribuía-se pelos meses e anos, “enquanto o mundo for mundo”. A quantidade dos sufrágios era variável, mas as missas requeridas oscilavam entre as centenas e os milhares (cantadas e rezadas) pela alma de cada defunto. Outras destinavam-se a curar as almas de familiares: pais, avós, sogros, tios e primos. Havia ainda quem recordasse as almas que sofriam no Purgatório, mandando-lhes celebrar algumas missas.

Era ainda freqüente deixarem esmolos a confrarias, a santos da sua devoção e houve também quem tornasse os santuários da região seus herdeiros, legando-lhes importantes somas de dinheiro, na expectativa da sua alma ser recordada e sufragada por um maior número de fiéis.¹⁶

Os que morreram no Brasil procuraram que em Portugal se intercedesse junto de Deus em seu favor, ordenando a celebração de ofícios divinos no reino e deixando legados às Misericórdias da terra que os viu partir com o objetivo de obterem a despenalização e o resgate da sua alma. Mas não só às Misericórdias. Outras confrarias, Ordens Terceiras e hospitais atraíram esmolos e doações efectuadas em dinheiro ou bens, constituídos por propriedades rústicas e urbanas. Outra parte do testamento era geralmente cumprida pelas instituições religiosas da colónia (SILVA, 2000, p. 137).

¹⁴ ASCMPL, *Documento* n. 65.

¹⁵ João Fernandes da Cunha, de Caminha, convocou 30 pobres para o seu funeral, mandando distribuir-lhes oito mil réis, para lhes pagar o serviço. ADV, *Livro de testamentos de Caminha...*, fl. 92.

¹⁶ Custódio Francisco Rodrigues Porto deixou em 1770, 80 mil réis ao Santíssimo Sacramento da freguesia de Fonte Arcada para se fazer a festa das Endoenças em dois anos que não houvesse juiz, 86 mil réis a Nossa Senhora do Pilar, 400 mil réis a Nossa Senhora do Castelo (todos do concelho da Póvoa de Lanhoso) e 86 mil réis a Nossa Senhora da Abadia (concelho de Amares). ADB, *Livro dos testamentos de Thaíde...*, fls. 41v.-43.

Em 1744, a Misericórdia de Monção recebeu um legado de João António, que morreu na Bahia. Enviou 200 mil réis para esta confraria mandar celebrar um ofício com 20 padres, todos os anos por sua alma.¹⁷

A escolha destas confrarias para gerir fortunas não era feita ao acaso. Eram casas de caridade, constituídas pelas elites da terra, onde muitos eram confrades. Estas instituições gozavam de grande prestígio em termos locais. Por isso, foram escolhidas para testamentárias e herdeiras universais. A atribuição de legados a estas instituições tinha por objectivo a salvação da alma do testador, que deixava parte ou toda a sua fortuna para os pobres e perpetuava a sua memória.

Em 1609, apareceu na Misericórdia de Caminha António Gonçalves para entregar 50 mil réis deixados por Bastião Rodrigues, falecido na região de Paraíba. Este dinheiro destinava-se a obras pias e tinha sido mandado entregar pelo testamentário do citado defunto.¹⁸

Várias vezes estas confrarias foram eleitas para cumprir derradeiras vontades destes homens. O coronel Manuel Marinho de Castro, que se encontrava no Rio de Janeiro, mas natural de Monção, enviou em 1749 um importante legado para a Misericórdia da vila. No seu testamento manifestou o desejo que sempre teve de “cooperar quanto lhe era possível para o estabelecimento de um collegio” na referida vila.¹⁹ O montante era de 10 mil cruzados, soma muito elevada, para a confraria os entregar aos religiosos do Oratório de Braga, a fim destes instituírem em Monção uma aula de Latim e outra de Filosofia, “para a educação da mocidade”.²⁰

Na eventualidade dos referidos religiosos não aceitarem tal encargo, ordenou que o dinheiro fosse empregue em dotes de casamento para “órfãs pobres de honesto procedimento”, cabendo a cada uma 200 mil réis. Na escolha das raparigas prefeririam as suas familiares mais próximas.²¹

Preocupado com a educação e cultura dos jovens da sua terra natal, Manuel Marinho de Castro reservou uma parte da sua fortuna pessoal para um serviço de grande utilidade pública.

Ainda que distantes, alguns emigrantes demonstravam quanto estavam bem de vida e faziam-se recordados, através destas obras de mérito, na terra que os viu partir em condições muito adversas.

¹⁷ ASCMM, *Livro que ha de servir para os Acordãos...*, n. 11, fls. 98v.-99.

¹⁸ ADVC, *Livro de testamentos de Caminha*, cx 23, não paginado.

¹⁹ ASCMM, *Tombo dos bens e propriedades pertencentes á Santa Casa da Misericordia de Monção 1788*, fl. 28v.

²⁰ ASCMM, *Livro que ha de servir para os Acordãos...*, n. 11, fls. 122-123; *Tombo dos bens pertencentes...*, fl. 25.

²¹ ASCMM, *Tombo dos bens pertencentes...*, fls. 28v.-29.

Muitos *brasileiros* mostraram-se sensíveis à preservação da honra feminina, instituindo dotes para facilitar o casamento a órfãs pobres, quer fossem suas familiares ou não. No caso de serem parentes, tratava-se de uma forma de herança que obedecia à condição de ser direccionada para o casamento (DELILLE, 1996, p. 67-89; NAZZARI, 2001, p. 45-64), mas em ambos os casos se materializa a preocupação com a conservação da honra e o bom nome das mulheres (PEREIRA, 2003, p. 106).

Dotar órfãs para casar foi uma prática muito freqüente na Idade Moderna e muito valorizada pela igreja católica, na medida em que proporcionava a ocorrência dos nascimentos dentro do casamento, o resguardo da mulher dos “perigos do mundo” e a sua manutenção enquanto pessoa honrada e virtuosa. Considerada frágil, a mulher era tida como incapaz de sozinha se conservar virtuosa. Por isso, na ausência do pai necessitava de um marido para se “abrigar dos perigos do mundo” (ARAÚJO, M., 2000b, p. 11-42).

Os presos, os recolhimentos femininos e os conventos foram igualmente contemplados em alguns testamentos. Piedade para com os mais desamparados, mas também apoio aos que decidiram por uma vida contemplativa ou procuraram preservar as suas virtudes através do recolhimento e da oração.²²

Uma das características que perpassa todos os testamentos estudados prende-se à actividade creditícia. Como dispunham de dinheiro, e numa época em que não existiam bancos em Portugal nem no Brasil, estes homens encontraram no crédito uma forma de rentabilizar os seus capitais. Faziam-no em quantidades avultadas e alguns róis que deixaram do dinheiro que andava a juro demonstram o rigor e o profissionalismo com que actuavam. Evidenciam também possuírem um sentido muito apurado do negócio e um considerável domínio da escrita e do cálculo.

Os acertos de contas com os credores os obrigavam a um escrutínio rigoroso das pessoas, dos montantes e dos prazos, razão que os levava a remeterem os testamenteiros aos seus livros de registo.

Podiam não possuir muitos bens, mas tinham uma vasta rede de devedores (MARQUES, 1998, p. 179),²³ demonstrando que este tinha sido o caminho escolhido para aumentar a sua riqueza.

Muitos dividiam-se entre a actividade comercial e financeira, destacando-se como agentes dinamizadores da economia brasileira (MOREIRA, 1996, p. 16-18).

²² O já citado João Malheiro Reimão Pereira deixou 15 mil réis para os presos da cadeia, 12 mil réis para o Recolhimento de São Tiago e 20 mil réis para o convento de S. Francisco, todos de Viana do Castelo. Beneficiou ainda raparigas pobres com um dote para casamento ou para remediarem as suas vidas. ADVC, *Livro de testamentos de Viana do Castelo...*, fl. 144.

²³ Gaspar Fernandes Barreiros morreu na Bahia nos finais do século XVII e aplicou parte da sua fortuna pessoal em dinheiro a juro.

João Álvares Lobo, natural de Caminha, mas falecido “nas partes do Brasil”, era casado na metrópole e tinha uma filha já defunta, em 1737, quando escreveu o seu testamento. Dedicou a sua vida ao comércio e toda a sua riqueza se encontrava no negócio, apesar de possuir alguns bens em Portugal.²⁴ Vendia bens que lhe mandavam da metrópole e, conseqüentemente, tinha dívidas para com os seus fornecedores. Declarou que o padre Amaro Fernandes Rego lhe enviara para ele vender no Brasil “doze negallos de linho e duas camizas de pano de linho e duas silouras e dois barretes da cabeça que tudo vendi por quatro mil e quatro centos e oitenta reis”,²⁵ quantia que lhe devia.

Mas se tinha que enviar dinheiro para a metrópole para pagar dívidas, este homem tinha também muito a receber no Brasil. Só Salvador Correia devia-lhe 53.700 réis da “fazenda que me comprou”. Todo o dinheiro que possuía estava nas mãos de outros, porque para além destas dívidas rentabilizava os seus capitais, emprestando-os a juros. Quando lavrou o seu testamento deviam-lhe 1.060.000 réis. Como garantia recebia penhores em ouro: cordões, argolas e botões de punho.²⁶

Os *brasileiros* que tinham sido ou se mantinham comerciantes demonstravam uma grande preocupação com o acerto de contas. Havia sempre dinheiro a receber no Brasil, pagamentos a efectuar em Portugal, contactos a realizar e contas a saldar. As referências fornecidas sobre os negócios possibilitam-nos reconstituir histórias de vidas passadas entre a metrópole e a colónia, depois de regressar do Brasil. João Álvares Pereira, natural de Viana do Castelo, decidiu residir em Lisboa. Quando em 1752 fez o seu testamento, era um grande comerciante. Tinha uma sociedade com os seus irmãos e por essa razão realizou várias viagens ao Rio de Janeiro, ao Pará, ao Maranhão e à Bahia. Transaccionava mercadorias entre Portugal e o Brasil, numa intensa actividade que o enriqueceu e à sua família.²⁷

Por via dos negócios, mantinham contactos regulares com a colónia, de onde chegava dinheiro e para onde se embarcavam produtos. Esta relação manteve-se em muitos casos até à morte, denunciando interesses lucrativos e afectivos, alimentados por relações familiares existentes do outro lado do Atlântico.

A valorização do ouro era comum a todos os minhotos e não apenas aos mais ricos. O uso de peças de ouro era muito popular e, para além de se tornar uma forma de afirmação social, constituía também uma maneira de ente-

²⁴ No Brasil tinha ainda um escravo e um “sabeiro com suas redes”.

²⁵ ADVC, *Livro de testamentos de Caminha...*, fls. 40-40v.

²⁶ ADVC, *Livro de testamentos de Caminha...*, fls. 40-42.

²⁷ ADVC, *Livro de testamentos de Viana do Castelo 1739-1758*, 3.20.5.26, fls. 111v.-114.

souramento. Os *brasileiros* ostentavam o seu poder através de jóias que possuíam e que muitos utilizavam.

João Fernandes da Cunha fez o seu testamento em 1741. Era solteiro e, depois de ter vivido muitos anos na Bahia, regressou à vila de Caminha, de onde tinha partido. Distribuiu uma parte da sua fortuna constituída por ouro, pela família: deu uma “veronica de ouro” à sua prima Joana, umas argolas a sua tia D. Luísa, um fio de corais a sua tia Mariana, um crucifixo a sua irmã Francisca, um coração de filigrana a sua prima Rosa, três pares de “botoens pequeninos de ouro”, a sua espada com punhal de prata e umas fivelas de prata ao seu “mulatinho”, uns brincos de ouro, um par de argolas e três pares de botões de punho e “huns olhos de Santa Luzia” e “humas miudezas mais” a sua sobrinha, filha da sua irmã Francisca.²⁸ Para além da família, principal receptora, o seu ouro repartiu-se também pelos santos da sua devoção: Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora do Rosário receberam um cordão, provavelmente para pagar alguma graça que tinha recebido. A dádiva de ouro ou de prata aos santos estava normalmente associada à gratidão dos devotos, que numa hora de aflição tinham solicitado a sua protecção. A ajuda recebida está ainda plasmada em muitos *ex-votos* que mandaram fazer e entregar nos santuários da sua devoção.

Embora solteiros, muitos destes homens tinham filhos que resultaram de cruzamentos com escravas. Arrepentidos, assumiam-nos como filhos na hora da morte, na tentativa de remir mais um pecado e “pôr a sua alma no caminho da salvação”. Deixavam-lhes ainda parte da sua fortuna. Custódio Francisco Rodrigues Porto regressou das “partes da América” solteiro, mas, quando em 1770 fez o seu testamento, declarou ter “um filho natural [...] na villa de Sabará [Brasil] e chama-se João Rodrigues Porto, filho de huma minha escrava”, que instituiu por herdeiro de uma das partes dos bens que tinha na colônia.²⁹

A atitude de João Fernandes da Cunha foi bem diferente. No testamento assumiu possuir “um mulatinho” por nome António, que vivia consigo em Caminha e deixou-o cativo ao seu tio, por três anos. Após este tempo ser-lheia passada carta de alforria, tal como ao outro escravo de que também era dono. Mas ao seu “moleque”, como o designou, por o ter “comprado e criado e lhe ter amor”, deixou-lhe 200 mil réis para tratar da sua vida depois de alforriado. Porém, estabeleceu que “se elle ou alguem por elle se quiser oppor e dizer que he meu filho o que eu não sei em consciencia se o he, ou não e quiser perturbar as determinaçoens do meu testamento, [...] ordenava se lhe

²⁸ ADCV, *Livro de testamentos de Caminha...*, fls. 92-92v.

²⁹ ADB, *Livro de testamentos de Thaíde...*, fls. 41v.-43.

não dese nada nem hum vintem [...] ordenava ao seu testemanteiro que o venda como escravo e cativo”.³⁰

Mesmo no leito da morte, João Fernandes da Cunha não cedeu à dúvida da sua consciência. Beneficiou-o quase como filho, assumiu os laços afectivos que os uniam, deu-lhe um tratamento diferenciado, mas não o reconheceu como seu descendente.

A fortuna de muitos destes emigrantes integrava também escravos. Quase todos os testamentos que estudamos denunciam a presença de negros cativos no seu património, vindos da Mina ou de Angola para o Brasil e em alguns casos trazidos para Portugal pelo seu dono. Quando os retornados à metrópole deixavam negócios no Brasil, normalmente entregues a familiares, alguns escravos permaneciam na colónia, onde trabalhavam nas suas fazendas ou nas minas.³¹ Na hora da morte, muitos *brasileiros* tornavam livres os seus escravos ou deixavam-nos entregues a familiares para continuarem a cuidar deles. Com este gesto procuravam aliviar algum peso da sua consciência e contribuir para a remissão dos seus pecados.

A roupa servia igualmente para alcançar a salvação. Numa altura em que este bem era muito caro e adquirido poucas vezes na vida pela maior parte da população, e estava sujeito a sucessivos reaproveitamentos, a sua dádiva adquiriria um significado completamente diferente do dos nossos dias. Com a oferta de roupa também se procurava adquirir a salvação, na medida em que com ela se cumpria uma obra de misericórdia (ARAÚJO, M., 2000a, p. 229-250). Por isso, muitos serviam-se da ocasião da morte para beneficiar os pobres, mandando-lhes distribuir a sua roupa.³² Também os *brasileiros* utilizavam esta estratégia, mas as peças melhores eram destinadas à sua família. Eram peças ou tecidos de qualidade, trazidas do Brasil ou adquiridas nas principais cidades do Reino, testemunhando o elevado nível de vida que mantinham e a condição social que possuíam.³³

Ricos na terra, mas pobres na hora da morte, os *brasileiros* imploravam, na hora da despedida, protecção para mais facilmente conseguirem o perdão dos seus pecados e entrarem no Paraíso. Faziam-no no momento em que encerra-

³⁰ ADCV, *Livro de testamentos de Caminha...*, fls. 86v.-87.

³¹ Manuel de Melo Meneses, já a viver em Portugal, mantinha escravos a trabalhar nas minas brasileiras. ADVC, *Livro de testamentos de Viana do Castelo 1739-1758...*, fl. 9.

³² A roupa branca usada de José de Sousa de Queirós, de Caminha, foi dada, por sua ordem, a alguns pobres da sua terra natal. Este *brasileiro* vivia em Lisboa e fez testamento em 1737. ADVC, *Livro de testamentos de Caminha...*, fl. 59.

³³ João Fernandes Cunha deixou ao seu tio João Fernandes Cunha oito côvados de veludo, umas meias de seda, um “chapeo fino”, umas botas novas e uma capa que ficou em Lisboa e que aguardava em Viana do Castelo. Ao seu primo padre, Manuel Nunes Dantas, deixou também outro “chapeo fino”, que se encontrava na chapeleira. ADVC, *Livro de testamentos de Caminha...*, fls. 92-92v.

vam as suas vidas com a redacção dos testamentos, efectuando uma retrospectiva da sua passagem terrena. Demonstravam muito medo da morte, mas simultaneamente uma grande esperança na salvação.

ABSTRACT

When men reached the sunset of life and felt death coming near, they wrote their wills, setting their last wishes. Those were moments of reflection on their own lives, a time to face the fear of death, while simultaneously keeping alive the hope of saving their souls. This essay studies the wills of Portuguese immigrants in Brazil during the 18th century. Many of them, specially the single ones, made their own soul the universal heir to the fortune they had made in Portuguese America, while others split their wealth between their own soul and the family, in an unequal relationship that gave prominence to the soul.

Key words: Brazilian; Will; Soul; Purgatory; Charity.

Referências

ABREU, Laurinda Faria dos Santos. *A misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e poder*. Setúbal: Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990.

ABREU, Laurinda Faria dos Santos. *Memórias da alma e do corpo: a misericórdia de Setúbal na modernidade*. Viseu: Palimage, 1999.

ALVES, Jorge. *Os brasileiros: emigração e retorno do Porto oitocentista*. Porto: Ed. do Autor, 1994.

ARAÚJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa. Atitudes e representações (1700-1830)*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997.

ARAÚJO, Ana Cristina. Morte. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.). *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. p. 271-273.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Alcançar o céu através da dádiva de roupa: a distribuição de roupa nos testamentos da Misericórdia de Vila Viçosa (séculos XVI-XVII). *Sociedade e Cultura*, v. 13, n. 2, p. 229-250, 2000a.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. *Os brasileiros e a caridade: a herança dos irmãos emigrantes da Misericórdia de Ponte de Lima no século XVII*. (no prelo)

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. *Pobres, honradas e virtuosas: os dotes de D. Francisco e a Misericórdia de Ponte de Lima*. Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000b.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima: séculos XVII-XIX*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2003.

ARIÉS, Philippe. *L'homme devant la mort: la mort ensauvagée*. Paris: Éditions du Seuil, 1983.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: famílias e sistema sucessório entre os senhores do engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. Campinas: Centro de Memória, Unicamp, 1997.

BAGANHA, Maria Ioannis B. Historiografia da emigração portuguesa no Brasil: algumas notas sobre o seu passado, o seu presente e o futuro. In: ARRUDA, José Jobson; FONSECA, Luís Adão da (Org.). *Brasil-Portugal: história, agenda para o milênio*. São Paulo: Edusc, 2001. p. 452.

BRETELL, Caroline B. *Homens que partem, mulheres que esperam: conseqüências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Dom Quixote, 1991.

CAPELA, José Viriato; FALCÃO Maria da Conceição. Saídas clandestinas do Norte de Portugal para o Brasil em meados do século XIX. In: ALVES, Jorge Fernandes (Coord.). *Os 'brasileiros' da emigração*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Famalicão, 1999. p. 178-179.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade: da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

COSTA, Américo Fernando da Silva. *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães 1650-1800: caridade e assistência no meio vimaranense dos séculos XVII e XVIII*. Guimarães: Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, 1999.

DELILLE, Gérard. Matrimonio e doti delle donne in Italia: secoli XVI-XVIII. *Donne e proprietà*. Napoli, p. 67-89, 1996.

DELUMEAU, Jean. *La peur en Occident: XIV^e-XVIII^e siècles*. Paris: Fayard, 1978.

DURÃES, Margarida Pereira Varela. *Herança e sucessão: leis, práticas e costumes no termo de Braga: séculos XVIII-XIX*. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade do Minho, Braga. v.1.

FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e da sua primeira elite senhorial: séculos XVI-XVII. In: FRAGOSO, João; FICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa: séculos XVI-XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Le GOFF, Jacques. *O nascimento do purgatório*. Lisboa: Estampa, 1995.

LEMERIGE, Béatrice. *Les attitudes devant la mort à Châtellerault de 1780 à 1805*. Poitiers, 1994.

MACARDÉ, Jacques. Ultimes intercesseurs. Les invocations testamentaires dans le Diocèse de Poitiers. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL PIEDADE POPULAR: SOCIALIZAÇÕES, REPRESENTAÇÕES E ESPIRITUALIDADE, 1999, Lisboa. *Actas...* Lisboa: Terramar, 1999. p. 443-452.

MARQUES, João Francisco. Rituais e manifestações de culto. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.). *História religiosa de Portugal, v. 2*. Lisboa: Círculo de Leitores. 2000. p. 587-596.

- MARQUES, Maria Gracinda Leones Dantas G. O testamento de Gaspar Fernandes Barreiros: um exemplo de instituição de dotes de capela a partir do Brasil. *Cadernos do Noroeste*, v. 2, n. 2, p. 169-195, 1998.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.
- MORAES, Juliana de Mello. *Sacralização da caridade: sociabilidade e vida religiosa numa pequena vila da América portuguesa*. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Paraná, Curitiba.
- MOREIRA, Manuel António Fernandes. Os mercadores banqueiros de Viana no século XVII. *Cadernos Vianenses*, n. 21, p. 16-27, 1996.
- NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- PEREIRA, Maria das Dores de Sousa. *Entre ricos e pobres: a actuação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)*. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Minho, Braga.
- PUNTONI, Pedro. As guerras no Atlântico Sul: a restauração (1644-1654). In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir.). *História militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. v. 2, p. 282-291.
- REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- RODRIGUES, Henrique. *Alto-Minho no século XIX: contextos migratórios, socioculturais e familiares*. 2003. 2v. Tese (Doutorado) - Faculdade de Letras, Porto.
- RODRIGUES, Henrique. *Emigração e alfabetização: o Alto-Minho e a miragem do Brasil*. Viana do Castelo: Governo Civil de Viana do Castelo, 1995.
- RODRIGUES, Manuela Martins. Morrer no Porto: piedade, pompa e devoções: alguns exemplos das freguesias da Sé, Santo Ildefonso e Campanhã (1690-1724). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO BARROCO, 1, 1991, Porto. *Actas...* Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 1991. v. 2, p. 326-334.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. A emigração: fluxos e destinos. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDURI, Kirti (Dir.). *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. v. 3, p. 158-168.
- SÁ, Isabel dos Guimarães. Misericórdias, portugueses no Brasil e *brasileiros*. In: *Os brasileiros de torna-viagem*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 117-129.
- SANTOS, Eugénio dos. Os brasileiros de torna-viagem no Noroeste de Portugal. In: *Os brasileiros de torna-viagem*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 19-25.
- SCHAWARTZ, Stuart. A 'Babilónia' colonial: a economia açucareira. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDURI, Kirti (Dir.). *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. v. 2, p. 213-231.
- SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa*. 4. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.
- SILVA, Francisco Ribeiro da. Brasil, brasileiros e irmandades/ordens terceiras portuguesas. In: *Os brasileiros de torna-viagem*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 137-141.

TRINDADE, Maria Beatriz da Rocha. Reflexos culturais da emigração portuguesa para o Brasil. *Ler História*, v. 22, p. 114-116, 1996.

VOVELLE, Michel. Aspects populaires de la dévotion au purgatoire à l'âge moderne dans l'Occident chrétien: le témoignage des représentations figurées. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL PIEDADE POPULAR: SOCIABILIDADES, REPRESENTAÇÕES E ESPIRITUALIDADE, 1999, Lisboa. *Actas...* Lisboa: Terramar, 1999. p. 291-300.